



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO
SECRETARIA DE FINANÇAS

RELATÓRIO TÉCNICO CONTÁBIL (RTC) Nº 03/2025

Assunto: Subsídios à apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 55, de 14 de outubro de 2025, que “Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente”.

1 INTRODUÇÃO

Trata-se de análise do PL nº 55/2025¹, de 14/10/2025, por solicitação da Comissão de Finanças e Orçamento (CFO)².

2 ANÁLISE

Por meio do PL nº 55/2025 o Prefeito Municipal solicita autorização para a abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente (Lei Orçamentária Anual de 2025)³, no valor de R\$ 60.000,00, criando-se “*elementos*” de despesa na dotação orçamentária que menciona no artigo 1º, com recursos da anulação parcial que especifica no artigo 2º.

No artigo 1º se constata que apesar da utilização da expressão “*elementos*”, o que se propõe é a criação de um único “**Elemento de Despesa**”, qual seja, o “33933900000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – CONSÓRCIO PÚBLICO DO QUAL O ENTE PARTICIPE”. **Recomenda-se a correção textual para o singular** (“*elemento*”).

Constata-se também que esse elemento “33933900000” e os elementos expressos no artigo 2º, “33504100000” e “33903900000”, estão estruturalmente abrigados dentro da ação “**Projeto/Atividade**” (sic) “2.214 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE”, no Órgão nº 026.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)⁴, “Toda ação do Governo está estruturada em **programas** orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos no Plano Plurianual (PPA) para o período de quatro anos (...)”, **Programa** “(...) é o instrumento de **organização** da atuação governamental que articula um **conjunto de ações** que concorrem para a concretização de um **objetivo** comum **preestabelecido**, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade (...)”, enquanto **as ações** “(...) são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao **objetivo** de um **programa** (...)”. Tais **ações governamentais** “[...] **podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais** [...]”, sendo que:

(...)

Atividade

É um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de **modo contínuo e permanente**, das quais resulta um produto ou serviço necessário à **manutenção** da ação de Governo. (...)

Projeto

É um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, **limitadas no tempo**, das quais resulta um produto que concorre para a **expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo**. (...)

Operação Especial

Despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

(...)

(grifei)

¹ acessado / disponível nesta data em https://boaesperanca.camarasempapel.com.br/processo.aspx?id=4084&ano_proposicao=2025&proposicao=55.

² Comissão Permanente prevista/instituída nos termos da Lei Orgânica Municipal, disponível em <https://boaesperanca.camarasempapel.com.br/legislacao/norma.aspx?id=9>, e do Regimento Interno deste Poder Legislativo, disponível em <https://boaesperanca.camarasempapel.com.br/legislacao/norma.aspx?id=2288&numero=391&ano=2020>.

³ LOA 2025, Lei Municipal nº 1.847/2024, disponível em <https://boaesperanca.camarasempapel.com.br/legislacao/norma.aspx?id=2781&numero=1847&interno=0>.

⁴ 11ª Edição, p. 75, disponível em https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045.





CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO
SECRETARIA DE FINANÇAS

No mesmo sentido, diz a Lei Municipal nº 1.843/2024 [Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025]⁵, artigo 3º:

(...)

V - **programa**: o nível de **organização das ações governamentais** visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por **indicadores estabelecidos no Plano Plurianual**;

VI - **atividade**: é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um **conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente**, das quais resulta um produto necessário a **manutenção da ação de governo**;

VII - **projeto**: é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um **conjunto de operações, que se realizam num período limitado de tempo**, das quais resulta um produto que concorre para a **expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo**;

VIII - **operações especiais**: são ações que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. Representam, basicamente, o detalhamento da função “Encargos Especiais”. (...)

§ 1º Cada programa identificará as **ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais**, especificando os respectivos valores e **metas**, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela execução.

(...)

(grifei)

Nota-se que cada ação governamental deve ser classificada como Atividade, Projeto ou Operação Especial. Por isso, não é razoável manter na proposta de Lei a ação governamental “2.214” com o tipo inexistente “**Projeto/Atividade**”. **Recomenda-se transparência e a devida correção para que reste definido o tipo da ação: Projeto ou Atividade.**

A nomenclatura “*MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE*” leva à conclusão de que se trata de **ação do tipo Atividade (se realiza de modo contínuo, permanente)**.

A Lei Municipal nº 1.748/2021, que dispõe sobre o vigente Plano Plurianual **PPA 2022-2025**⁶, estabelece:

(...)

Art. 4º Os **Programas** de Ação da Administração Pública Municipal, **constantes desta Lei, constituem-se nos instrumentos de organização das ações a serem desenvolvidas pelo Poder Público Municipal no período compreendido no Plano Plurianual**.

(...)

Art. 9º **As codificações de programas e ações deste Plano serão observadas** em cada Lei de Diretrizes Orçamentárias, em cada Lei Orçamentária Anual e **em seus créditos adicionais**, assim como nas Leis de revisão do Plano Plurianual.

Parágrafo único. Os códigos a que se refere este artigo prevalecerão até a extinção dos programas e ações a que se vinculam.

(...)

(grifei)

No PPA 2022-2025 se constata que a ação nº “2.214”, na verdade, é denominada “*PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO*”, de responsabilidade da “*SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO*” (Órgão nº 019), e não “*MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE*” (Órgão nº 026). Portanto, **no atual PPA, a ação “2.214” possui nomenclatura diferente da expressa na proposição.**

Por outro lado, certifica-se que existe no PPA a ação (Atividade) denominada “*Manutenção das Atividades Técnicas Administrativas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente*”, esta, porém, foi criada sob o nº “2.114”, e não “2.214”.

Considerando essas divergências entre os nºs e as nomenclaturas das ações “2.214” e “2.114”, bem como entre os órgãos/unidades responsáveis pela execução (019 e 026), **orienta-se que seja ouvido o Poder Executivo Municipal.**

⁵ LDO 2025, Lei Municipal nº 1.843/2024, disponível em <https://boaesperanca.camarasempapel.com.br/legislacao/consulta-legislacao.aspx?numero=1843&interno=0>.

⁶ PPA, Lei Municipal nº 1.748/2021, disponível em <https://boaesperanca.camarasempapel.com.br/legislacao/consulta-legislacao.aspx?numero=1748&interno=0>.





CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO
SECRETARIA DE FINANÇAS

3 CONCLUSÃO

Considerando os termos do PL nº 055/2025, o expresso no item **2 ANÁLISE** deste **RTC Nº 03/2025**, e em especial os achados / indicativos de erros, equívocos ou inconformidade / incompatibilidade em relação ao PPA 2022-2025, CONCLUI-SE: o Poder Executivo Municipal deve ser ouvido sobre os apontamentos explicitados no item **2** deste RTC.

Sob a ótica deste servidor, esses são subsídios técnicos a serem considerados na deliberação da presente proposta.

Boa Esperança-ES, 17 de novembro de 2025.

NILSON DE OLIVEIRA SOUZA
Secretário de Finanças
CRC 8.546-ES

